



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico

Apresentação: 03/09/2019 18:59

RIC n.1167/2019

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_, DE 2019

(Da Comissão Externa – Ministério da Educação)

*Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, informações acerca das diretrizes, objetivos e metas para a educação no Plano Plurianual – PPA 2020-2023.*

Senhor Presidente,

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 31/2019, de autoria do Deputado Eduardo Bismark, em reunião deste Colegiado realizada em três de setembro corrente, e, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Sr. Abraham Weintraub, o presente requerimento solicitando informações acerca das diretrizes, objetivos e metas que o governo pretende adotar no PPA 2020-2023 para que o Brasil atinja as metas traçadas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030, da qual o Brasil é signatário.

### JUSTIFICATIVA

Em 2015, o Brasil adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, composta pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS 4, mais especificamente, visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

Apesar de signatário da Agenda, o Brasil está muito aquém no que diz respeito à garantia de educação universal e de qualidade. Segundo estudo feito



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico

pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em julho de 2019<sup>1</sup>, há vulnerabilidades no modelo brasileiro de financiamento da educação que podem comprometer a eficiência, eficácia e efetividade das principais políticas públicas federais.

Segundo o relatório, essas fragilidades afetam a qualidade dos serviços educacionais, limitam a universalização de acesso ao ensino básico e superior e fragilizam a equidade na oferta de oportunidades, que são metas imprescindíveis constantes no ODS 4.

Ademais, o estudo constata que políticas como a distribuição das receitas do salário-educação e a suplementação dos recursos do Fundeb “*não têm sido suficientes para superar as desigualdades regionais quanto ao aumento da oferta, melhoria de infraestrutura, e garantia de padrão de qualidade de ensino*”.

Desse modo, consideramos de grande relevância que sejam prestados esclarecimentos acerca das ações que o governo pretende tomar como prioritárias no PPA 2020-2023 para que tais objetivos sejam cumpridos.

Deputada **TABATA AMARAL**  
Coordenadora

<sup>1</sup> <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/2750220180.PROC%20/DTRELEVANCIA%20desc,%20NUMACORDAOINT%20desc/0/%20?uuid=0ecff1e0-b554-11e9-8567-3f97ea1bdf04>